

À COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRACICABA-SP

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2024/002511

RHS CONTROLS – RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.971.854/0001-31, com sede na Rua Geminiano Costa, nº 1531, Jardim São Carlos, no Município de São Carlos-SP, neste ato representada por seu Sócio Administrador, o Sr. Ariel Accorsi, inscrito no CPF sob o nº 846.909.098-4 e RG nº 9.380.702-8, vem, pela presente, interpor:

IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA

Em face do Edital licitatório de Concorrência Eletrônica nº 002/2024 publicado pelo Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, que possui como objeto a *“Elaboração de projeto executivo de engenharia com levantamentos topográficos planialtimétrico cadastral para a substituição de redes de distribuição de água”*.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Diante da data prevista para abertura das propostas do certame licitatório em epígrafe estar marcada para o dia 03/06/2024, a presente impugnação é tempestiva, conforme previsão contida no **item 7.1** do Edital licitatório e nos termos do artigo 164, da Lei Federal nº 14.133/2021 em vigência.

II – DOS FATOS E FUNDAMENTOS DE DIREITO

Pretende o referido Edital licitatório, a contratação de empresa especializada para realização de serviços de *“elaboração de projeto executivo de engenharia com levantamentos topográficos planialtimétrico cadastral para a substituição de redes de distribuição de água”*.

O Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE de maneira assertiva, optou pela modalidade licitatória de Concorrência Eletrônica para contratação dos serviços especializados de engenharia.

Entretanto, os serviços técnicos especializados pretendidos pelo Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, são caracterizados como de natureza predominantemente intelectual, conforme preceitua o inciso XVIII, do artigo 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos:

Diante desse entendimento, conforme necessária notória especialização para execução dos serviços, o tipo de julgamento escolhido pela r. Comissão nos parece estar equivocado.

Isto porque as descrições contidas no escopo do objeto a ser contratado pelo SEMAE preenchem todos os requisitos necessários para utilização do critério de julgamento "melhor técnica" ou "técnica e preço", seja pela especificidade dos serviços, seja pelo valor de referência previsto em edital licitatório.

O inciso I, do artigo 36, da Lei Federal nº 14.133/2021, assim preceitua:

Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.

(...)

§ 1º O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:

I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado:

Quanto ao valor de referência, o Edital licitatório prevê para execução dos serviços o valor estimado de R\$ 517.794,50 (quinhentos e dezessete mil, setecentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

Nesse mesmo sentido, a nova Lei de Licitações já prevê que para valores estimados superiores a R\$ 359.436,08 (trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e oito centavos) os tipos de julgamentos que **DEVEM** ser empregados nos certames licitatórios são o de "melhor técnica" ou "técnica e preço":

Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:

(...)

§ 2º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas "a", "d" e "h" do inciso XVIII do caput do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o julgamento será por:

I - melhor técnica; ou

II - técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica."

O próprio SEMAE ao publicar o Edital de Concorrência Eletrônica nº 003/2024 que possui como objeto a "revisão do plano diretor para o combate às perdas no sistema de abastecimento público de água no Município de Piracicaba" **adotou o critério de julgamento do tipo "técnica e preço"** para serviços semelhantes ao aqui mencionados.

A Concorrência Eletrônica nº 002/2024, assim como a Concorrência Eletrônica nº 003/2024 possuem serviços de predominância intelectual, que pretendem a elaboração de projetos básicos e/ou executivos, devendo, portanto, seguir o mesmo critério de julgamento.

Deste modo, diante das considerações acima expostas, o que se pretende dessa r. Comissão Permanente de Contratação, é a suspensão do certame licitatório para melhor análise acerca do Edital ora impugnado, republicando-o posteriormente com os critérios exigidos pela legislação em vigência, preservando, sobretudo, o interesse público na contratação pretendida.

III – DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, diante dos princípios constitucionais que regem todos os atos administrativos, **REQUER:**

- a) o acolhimento da presente impugnação administrativa apresentada, uma vez tempestiva, nos termos do artigo 164, da Lei Federal nº 14.133/2021;*
- b) a suspensão do certame licitatório de Concorrência Eletrônica nº 002/2024;*
- c) a alteração do tipo de julgamento para “melhor técnica” ou “técnica e preço”, conforme determina a nova Lei de Licitações;*
- d) que seja a empresa impugnante notificada através do e-mail: ariel@rhs-controls.com.br de todos os atos posteriores a presente impugnação, inclusive seu julgamento, para as providências necessárias em caso de não suspensão do certame licitatório em epígrafe.*

Termo em que, pede deferimento.

São Carlos-SP, 27 de maio de 2024.



RHS CONTROLS – RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO LTDA

Ariel Accorsi
Sócio Administrador